

2023

Prestação de Contas

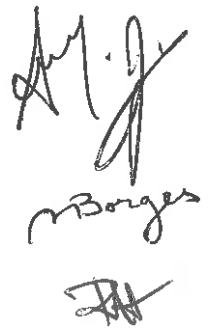


ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
1.1 Identificação	3
1.2 Órgãos Sociais	4
1.3 Sumário do Exercício	5
2. ÁREAS DE NEGÓCIO	6
2.1 Abastecimento de Água	6
2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	11
3. CLIENTES.....	14
3.1 Caracterização	14
3.2 Evolução.....	15
4. INVESTIMENTOS	16
5. RECURSOS HUMANOS	16
6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA.....	17
6.1 Análise Económica	17
6.2 Rendimentos	19
6.3 Gastos	21
6.4 Indicadores Financeiros	23
6.5 Evolução Previsível.....	23
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
8. NOTAS FINAIS	24
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25

MP
Borges

JA



1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Identificação

Nordeste Ativo E.M., S.A

Sede Social

Rua Dr. Manuel João da Silveira nº 1-A

9630-142 Nordeste

Pessoa Coletiva

NPC 512088357

Capital Social

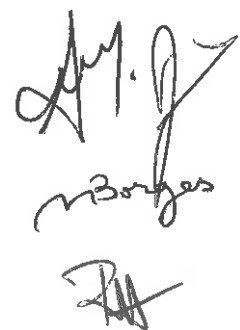
50.000,00€

Estrutura Acionista

Câmara Municipal de Nordeste – 100%

Objeto

A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste; A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta Empresa Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.



1.2 Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Dinis Alberto Pereira Miranda

Secretário:

Fernando Pacheco Arruda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

António Miguel Borges Soares

Vogais:

Natália da Conceição Rego Borges

João de Deus Andrade de Sousa

CONSELHO FISCAL

Fiscal único:

Duarte Giesta – SROC, Unipessoal, Lda. – representada por Duarte Félix Tavares Giesta

Fiscal suplente:

Leopoldo Alves & Associados – SROC – representada por Leopoldo de Assunção Alves

1.3 Sumário do Exercício

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

A missão da Nordeste Ativo E.M., S.A. é satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais domésticas e resíduos sólidos urbanos da população do Município de Nordeste, num quadro de sustentabilidade económica, financeira e técnica. A visão que a empresa tem, pauta-se pela prestação de um serviço público de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, recorrendo às melhores práticas de gestão para garantir um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes social, ambiental e económica.

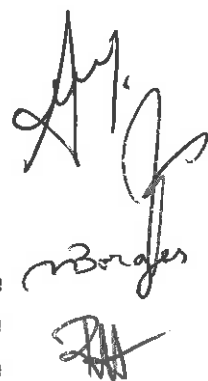
O ano de 2023 ficou marcado pela elevada taxa de inflação, o que levou a que o Banco Central Europeu mantivesse as taxas diretoras elevadas, o que teve um forte impacto nas taxas de juros dos créditos bancários indexados às taxas Euribor.

A nível nacional, destaca-se o forte aumento do salário mínimo nacional, o que provocou uma subida generalizada nos vencimentos dos trabalhadores, e conseqüente aumento dos custos com pessoal das empresas.

A Nordeste Ativo efetuou em 2023, correções em sede de IVA relativas ao ano de 2020, que provocaram custos extraordinários no valor de 30.387,14€ e um aumento no valor do endividamento em 118.000€.

No ano de 2023 foram consumidos 366.760³ de água. Comparando com 2022, verificou-se um aumento de 3.545³, ou seja, de 0,98%.

A água distribuída pela empresa apresentou elevados padrões de qualidade, tendo-se atingido uma percentagem de 100% de análises dentro dos valores paramétricos legalmente estabelecidos.



Handwritten signature and initials, possibly 'Borges' and 'AA'.

2. ÁREAS DE NEGÓCIO

[Handwritten signature]
Borges
RAA

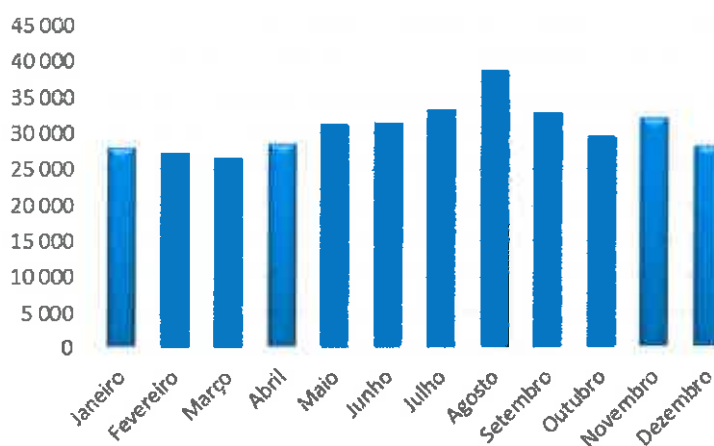
2.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações. Por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal a preços acessíveis e sustentáveis.

Valores de faturação por mês

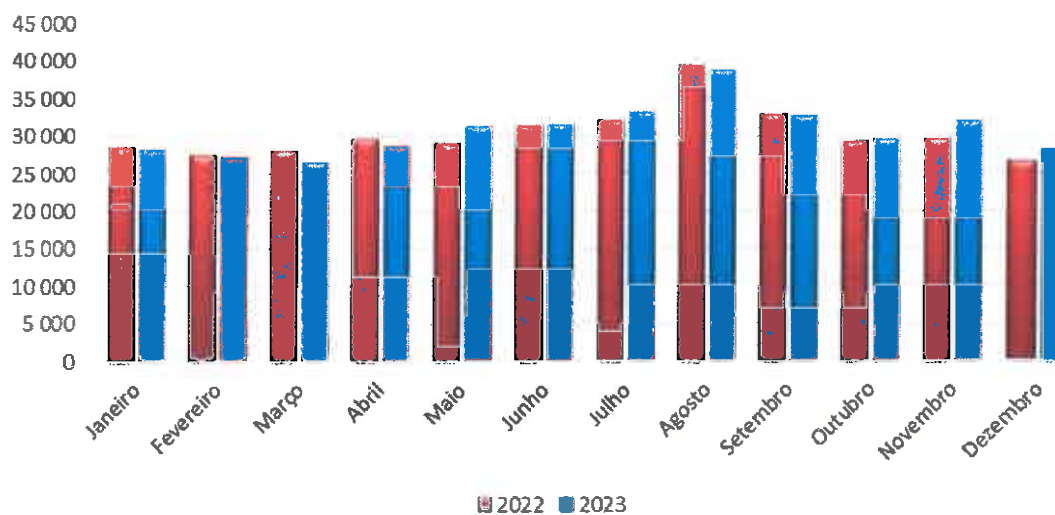
Mês	Consumo (m ³)	Valor faturado (€)
Janeiro	28 001	51 138,80
Fevereiro	27 149	49 288,52
Março	26 398	46 916,66
Abril	28 502	49 205,68
Maió	31 246	53 645,29
Junho	31 412	53 959,00
Julho	33 158	54 269,47
Agosto	38 680	62 674,63
Setembro	32 642	54 971,91
Outubro	29 520	50 168,86
Novembro	31 952	54 657,98
Dezembro	28 100	48 933,15
TOTAL	366 760	629 829,95

Consumo (m³)

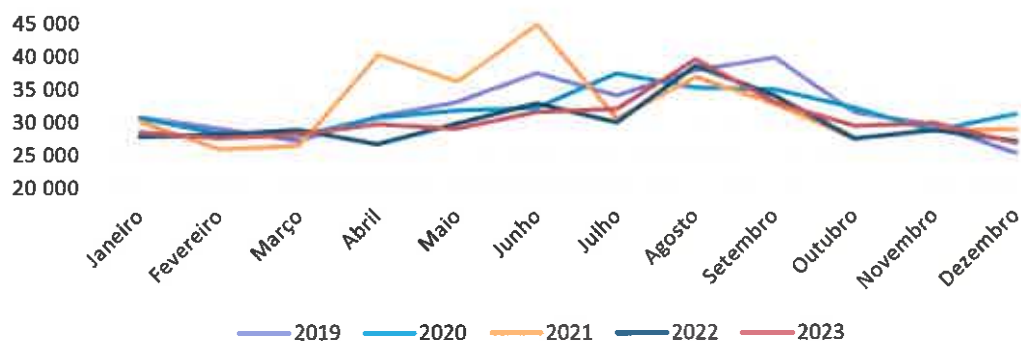


Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Initials]

Comparativo 2022/2023



Evolução do consumo de água nos últimos 5 anos

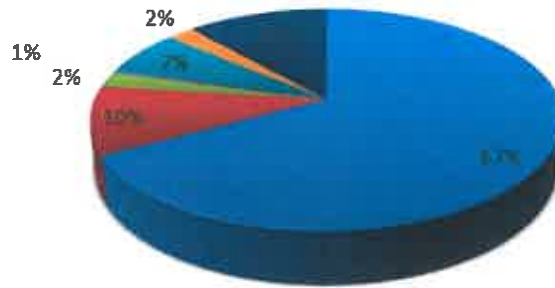


Consumo de água por tipo de consumidor

Tipo	Consumo (m³)
Doméstico	245 892
Comércio/Indústria	36 380
Instituições	8 142
Obras	2 006
Agro Pecuária	24 196
Administração Central	8 047
Administração Local	42 097
TOTAL	366 760

Handwritten signature and name:
 Borges
 RAA

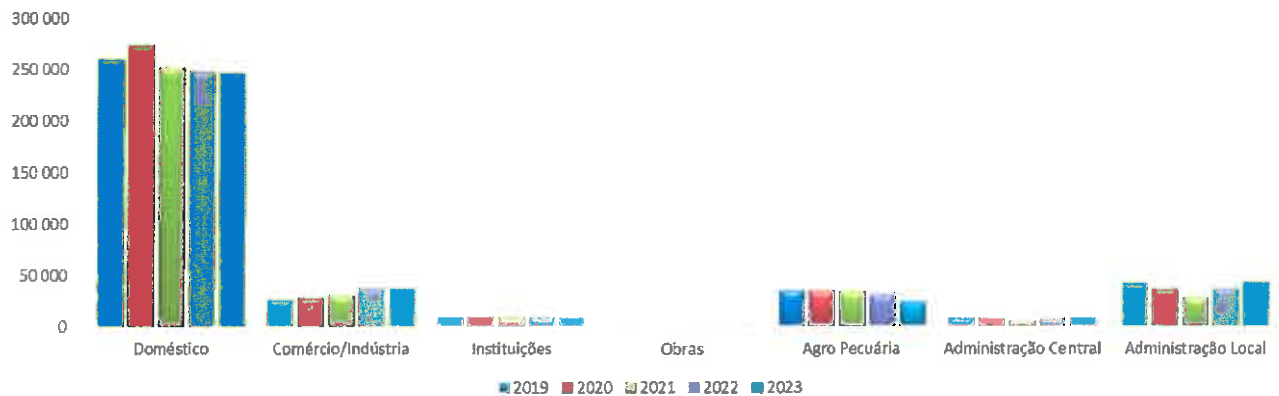
Peso relativo de cada tipo de consumidor



- Doméstico
- Comércio/Indústria
- Instituições
- Obras
- Agro Pecuária
- Administração Central
- Administração Local

Evolução dos últimos 5 anos

Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Doméstico	259 624	272 309	251 414	247 950	245 892
Comércio/Indústria	26 128	27 939	29 950	37 004	36 380
Instituições	8 329	8 300	8 762	8 371	8 142
Obras	1 530	1 494	1 628	1 859	2 006
Agro Pecuária	35 021	34 516	33 644	30 907	24 196
Administração Central	7 747	7 248	5 576	6 504	8 047
Administração Local	41 011	35 291	27 116	36 117	42 097
TOTAL	379 390	387 097	358 096	368 712	366 760

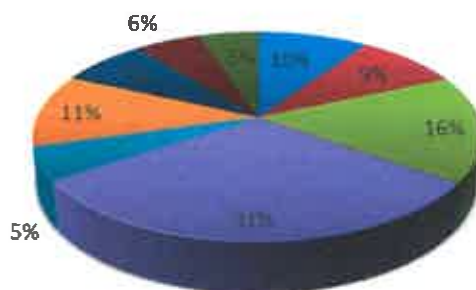


Consumo de água por freguesia

Freguesia	Consumo (m³)
Achada	35 079
Achadinha	32 577
Lomba da Fazenda	60 242
Nordeste	112 632
Santo António Nordestinho	18 398
Salga	41 369
Santana	26 781
Algarvia	20 451
São Pedro Nordestinho	19 231
TOTAL	366 760

Handwritten signature and initials.

Peso relativo de cada freguesia no consumo de água



- Achada
- Achadinha
- Lomba da Fazenda
- Nordeste
- Santo António Nordestinho
- Salga
- Santana
- Algarvia
- São Pedro Nordestinho

Evolução do consumo de água por freguesia nos últimos 5 anos

Freguesia	2019	2020	2021	2022	2023
Achada	34 906	36 673	31 514	33 125	35 079
Achadinha	32 969	34 508	33 594	31 903	32 577
Lomba da Fazenda	63 176	66 319	61 659	58 837	60 242
Nordeste	120 220	119 200	113 193	116 669	112 632
Santo António Nordestinho	18 126	19 071	16 946	17 318	18 398
Salga	45 366	45 131	40 021	39 901	41 369
Santana	27 477	29 554	25 799	26 480	26 781
Algarvia	17 761	17 982	17 079	21 020	20 451
São Pedro Nordestinho	19 389	18 659	18 291	17 962	19 231
TOTAL	379 390	387 097	358 096	363 215	366 760

Handwritten signature and name 'Borges'.

Serviços associados ao consumo de água

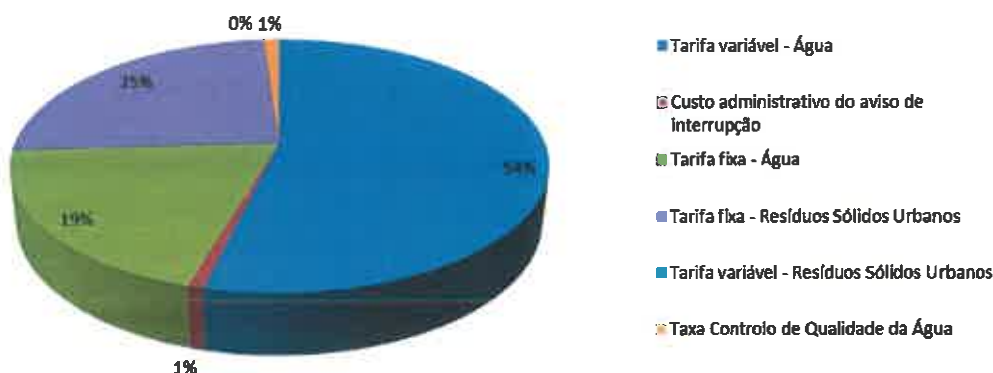
Em simultâneo com o consumo de água, e associado a este, são faturados os seguintes serviços/taxas:

- A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, do diâmetro do caudal e da tipologia dos utilizadores, sendo expressa em euros por cada trinta dias;
- A taxa de controlo da qualidade da água é uma receita da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores - ERSARA e é definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2010/A de 5 de março;
- O custo administrativo do aviso de interrupção é devido quando ocorre atraso no pagamento da fatura de água originando o envio do respetivo aviso de interrupção;
- A tarifa fixa de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
- A tarifa variável de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função quantidade consumida de água.

Valores totais por rúbrica

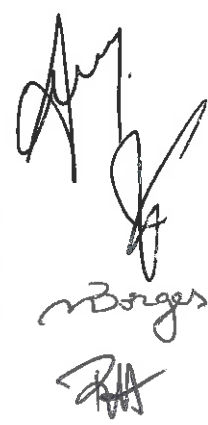
Rúbrica	Valor (€)
Tarifa variável - Água	328 345,28
Custo administrativo do aviso de interrupção	5 184,61
Tarifa fixa - Água	119 536,04
Tarifa fixa - Resíduos Sólidos Urbanos	151 429,84
Tarifa variável - Resíduos Sólidos Urbanos	0,00
Taxa Controlo de Qualidade da Água	6 578,24
TOTAL	611 074,01

Peso relativo de cada rúbrica



Serviços Auxiliares

Estes serviços são prestados pela empresa, com carácter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;



Handwritten signature and initials, including the name 'Borges' and the initials 'RA'.

Valores dos serviços auxiliares

Serviço	Valor (€)
Serviços/Deteção de fuga/Alt. contrato	714,42
Interrupção de ligação definitiva	1 757,96
Restabelecimento e colocação do contador	193,64
Análise de projectos de instalações águas	875,92
Deslocação de contador	208,10
Ramal de ligação de água	5 291,70
Ramal de ligação de saneamento	747,80
Outros Serviços	596,50
TOTAL	10 386,04

2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é responsável pela recolha dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Nordeste.

A recolha dos indiferenciados e resíduos reciclados é efetuada porta a porta e é assegurada por duas viaturas especializadas, em circuitos pré-definidos e com a seguinte regularidade:

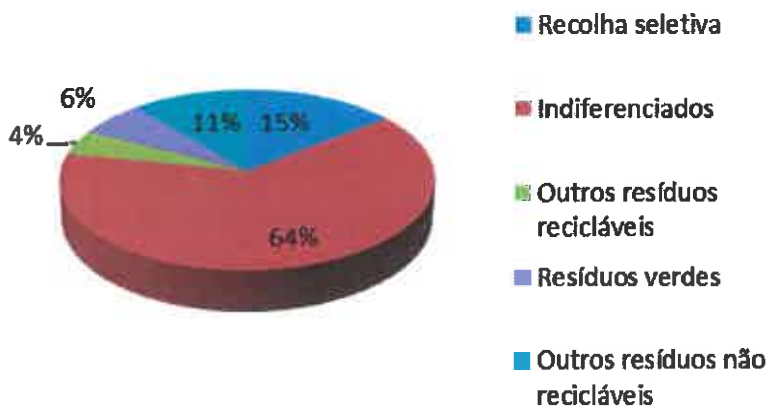
FREGUESIA	PAPEL	PLÁSTICO	VÍDRO	INDIFERENCIADO
Salga	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	3.ª e 6.ª FEIRAS
Achadinha	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	3.ª e 6.ª FEIRAS
Achada	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	3.ª e 6.ª FEIRAS
Santana	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	3.ª e 6.ª FEIRAS
Algarvia	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	3.ª e 6.ª FEIRAS
S. António	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	3.ª e 6.ª FEIRAS
S. Pedro	4.ª FEIRA	3.ª FEIRA	2.ª FEIRA	2.ª e 5.ª FEIRAS
L. Fazenda	4.ª FEIRA	3.ª FEIRA	2.ª FEIRA	2.ª e 5.ª FEIRAS
Nordeste	4.ª FEIRA	3.ª FEIRA	2.ª FEIRA	2.ª e 5.ª FEIRAS

Quantidades Recolhidas de RSU em 2023

MÊS	CENTRO TRIAGEM (R13)			VERMIC. (R3)		ECOCENTRO (R13)					PARQUE VERDES (R3/R13)				ATERRO (D1)		
	PAPEL	VIDRO	PLÁST./METAL	INDF.	REEE	METAIS	PL. LAVR.	PLÁSTICOS	MONSTROS	R. BIO (R3)	R. BIO (R13)	MADEIRA (R3)	MADEIRA (R13)	INDF.	MONSTROS	MADEIRA	OUTROS RU
JANEIRO	5200	9570	6340	97410	0	150	2020	770	0	10370	0	0	0	0	12630	1520	7220
FEBREIRO	4600	7240	5270	82150	1110	380	650	120	0	3330	0	0	0	0	9060	0	6990
MARÇO	6570	8640	5820	95250	470	430	1680	360	0	12070	0	0	0	0	13750	0	7200
ABRIL	4910	8510	4800	88600	0	0	1450	290	0	2060	0	3160	0	0	10050	0	5510
MAIO	6650	8300	6720	94110	500	510	1260	250	0	4140	0	4360	0	0	9350	0	15000
JUNHO	5790	11790	6570	108090	550	590	1670	380	0	3150	0	4760	0	0	14910	0	8120
JULHO	8800	13990	6410	104780	280	820	1300	140	0	5260	0	0	0	0	12870	810	19240
AGOSTO	8050	13980	7510	120220	1050	450	1770	250	20	6120	0	3450	0	0	14560	1140	11720
SETEMBRO	6140	12590	5820	106060	470	310	680	1060	10990	2830	0	0	0	0	6970	0	4290
OUTUBRO	4920	10760	6310	105820	0	650	1320	360	13610	10000	0	0	0	0	550	0	5270
NOVEMBRO	7320	7900	5960	91990	590	1440	1720	60	10300	31820	0	0	0	0	730	0	2910
DEZEMBRO	6340	8640	5050	96050	240	700	2220	0	13280	11250	0	0	0	0	0	0	4750
TOTAL	74990	122030	72480	1190530	5470	6440	17760	4080	48100	102340	0	15770	0	0	105470	3470	98210

[Handwritten signatures and initials]
 mBorges
 [Signature]

Peso relativo de cada tipo de resíduo

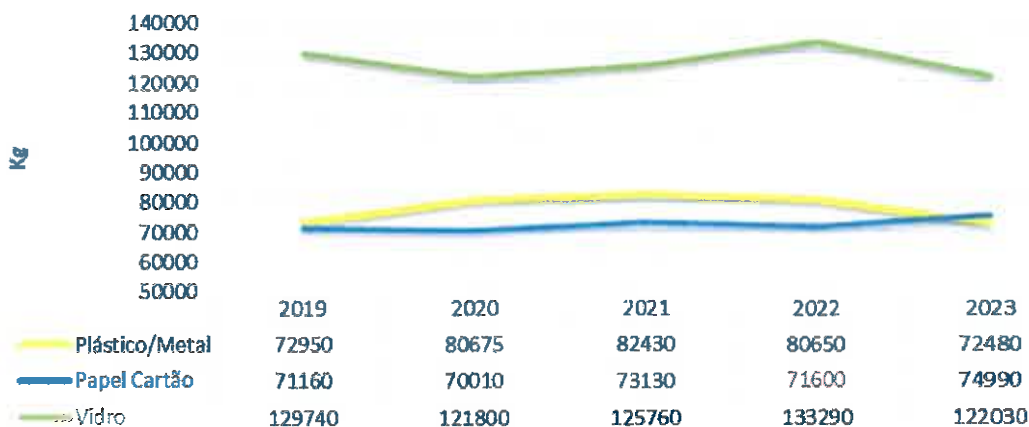


[Handwritten signatures]
Borges

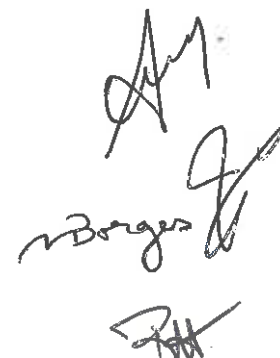
Evolução da recolha de resíduos (kgs)

Tipo	2022	2023	Varição
Recolha seletiva	285 540	269 500	-5,62%
Indiferenciados	1 207 070	1 190 530	-1,37%
Outros resíduos recicláveis	57 610	81 850	42,08%
Resíduos verdes	102 230	118 110	15,53%
Outros resíduos não recicláveis	266 950	207 150	-22,40%

Recolha seletiva



3. CLIENTES



3.1 Caracterização

Os clientes da Nordeste Ativo E.M., S.A. são todos os proprietários ou usufrutuários de imóveis ou negócios que residem no concelho de Nordeste e utilizam os serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos.

Desta forma a caracterização dos clientes está correlacionada com a população do concelho.

O concelho de Nordeste em termos de população é o mais pequeno da ilha de São Miguel, com uma população em 2021 de 4.369 habitantes, correspondente a cerca de 3,3% da população da ilha. O concelho tem uma área de 101,5Km², cerca de 13,6% da área da ilha de São Miguel e está subdividido em 9 freguesias, conforme quadro abaixo:

Número de habitantes por freguesia

Nordeste	Fazendeia	S. Pedro	St. António	Algarvia	Sanjana	Achada	Achadinha	Saíga
1.160	749	245	280	240	380	567	433	485

A nível económico o concelho de Nordeste é relativamente pouco desenvolvido, o que resulta num tecido empresarial reduzido e num baixo poder de compra da população, justificando a posição do Município de não repercutir no consumidor final o custo efetivo da gestão dos sistemas de saneamento, resíduos e abastecimento de água.

Os clientes são divididos por vários tipos de consumidor conforme a atividade exercida.

Número de clientes por tipo de consumidor

Tipo de Consumidor	2022	2023	Varição
Doméstico	2 489	2 489	0,00%
Comércio/Indústria	242	251	3,72%
Instituições	34	34	0,00%
Obras	14	21	50,00%
Agro Pecuária	147	150	2,04%
Administração Central	17	17	0,00%
Administração Local	121	124	2,48%
TOTAL	3 064	3 086	0,72%

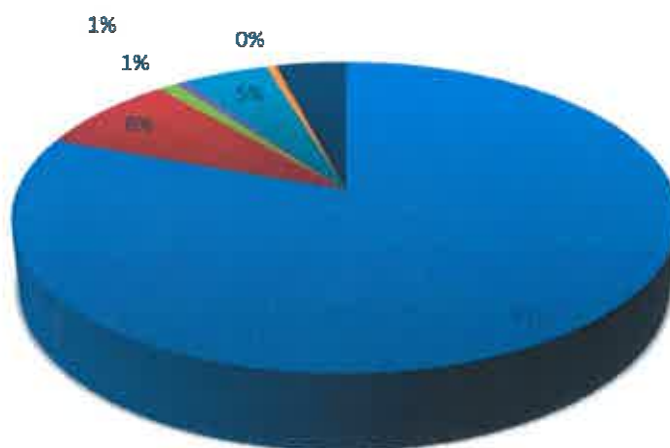
Os dados são relativos ao mês de dezembro.

Verificou-se no ano de 2023 um aumento de 22 clientes em relação ao ano anterior.

AM
Borges
PA

Peso relativo de cada tipo de consumidor

2023



■ Doméstico ■ Comércio/Indústria ■ Instituições ■ Obras ■ Agro Pecuária ■ Administração Central ■ Administração Local

3.2 Evolução

A nível demográfico os dados históricos indicam uma tendência de redução da população residente, resultante do envelhecimento da população e da redução da taxa de natalidade, bem como dos fluxos demográficos de migração e emigração. Esta tendência prevê-se que se venha a manter no futuro.

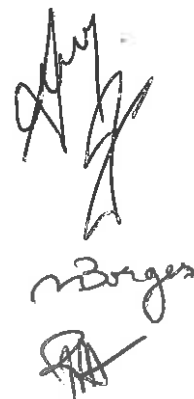
Número de habitantes

1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
11.553	11.180	8.885	6.803	5.490	5.291	4.937	4369

Número de habitantes por grupo etário

	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0 - 14 anos	3.961	9.325	s/dados	1.280	1.041	876	576
15 - 24 anos	1.707	1.495	s/dados	926	810	638	520
25 - 64 anos	4.736	3.585	s/dados	2.317	2.492	2.550	2.349
Mais de 65 anos	776	870	s/dados	957	948	873	924

A contrariar a redução do consumo devido à redução da população, está o aumento do fluxo turístico e o aumento de unidades de alojamento e casas de veraneio no concelho. Esta é uma tendência que tem vindo a aumentar desde a liberalização do espaço aéreo nos Açores e é esperado que se mantenha a tendência de crescimento no futuro. No entanto o fluxo turístico apresenta uma atividade muito sazonal, pelo que se espera um aumento do consumo principalmente nos meses de verão.



4. INVESTIMENTOS

No ano de 2023 a Nordeste Ativo não teve acesso a subsídios de apoio ao investimento, condição imprescindível para a concretização de investimentos de relevo.

5. RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal por categoria profissional

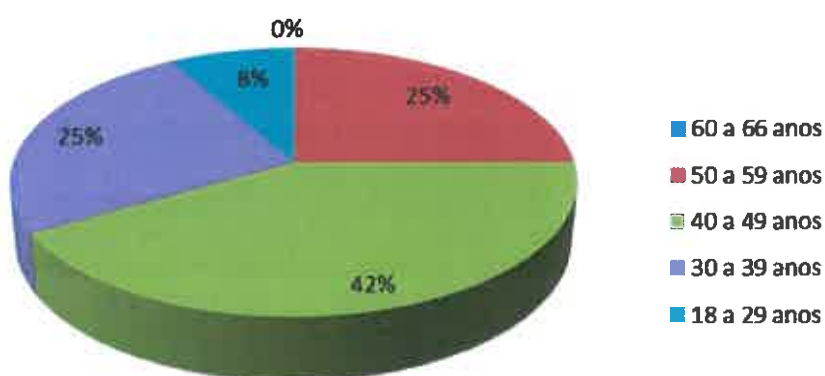
Categoria profissional	Nº de colaboradores
Escriturário	2
Assistente Administrativo	1
Assistente Operacional	1
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Canalizador	2
Leitor Cobrador	1
Motorista de Pesados	2
Técnico	1
Técnico de 2º	1
Técnico de Contabilidade	1
Gestor	1
Contínuo	1
Servente	6
Programas de Emprego	2
TOTAL	24

O quadro permanente de pessoal da empresa é formado por 22 colaboradores, sendo 18 do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

A média de idade dos colaboradores é de 37 anos e é distribuída da seguinte forma:

Idades	Nº de colaboradores
60 a 66 anos	0
50 a 59 anos	6
40 a 49 anos	10
30 a 39 anos	6
18 a 29 anos	2
TOTAL	24

[Handwritten signature]
Borges
[Handwritten initials]



Evolução dos gastos com pessoal (€)

Rubrica	2022	2023	Variação
Remuneração dos órgãos sociais	0,00	0,00	0,00%
Remuneração do pessoal	313 363,77	343 918,54	9,75%
Encargos sobre as remunerações	73 980,21	89 892,87	21,51%
Seguros	5 002,73	6 280,09	25,53%
Gastos de ação social	7 412,82	9 675,30	30,52%
Outros gastos com pessoal	952,64	999,04	4,87%
TOTAL	400 712,17	450 765,84	12,49%

6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

6.1 Análise Económica

O resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) apresenta um valor positivo de 77.326,06€. No entanto, este resultado foi obtido através da

contabilização de uma verba no valor de 47.212,38€ a ser transferida pelo Município de Nordeste, para fazer face à cobertura do prejuízo verificado.

Descrição	2022	2023	Varição
Resultados operacionais	39 025,25	77 326,06	98,14%
Resultados financeiros	-39 025,25	-77 326,06	98,14%
Resultados antes de impostos	0,00	0,00	0,00%
Imposto sobre o rendimento	-1 114,79	-5 287,24	374,28%
Resultado líquido	-1 114,79	-5 287,24	374,28%

A nível do balanço, ocorreu a seguinte evolução:

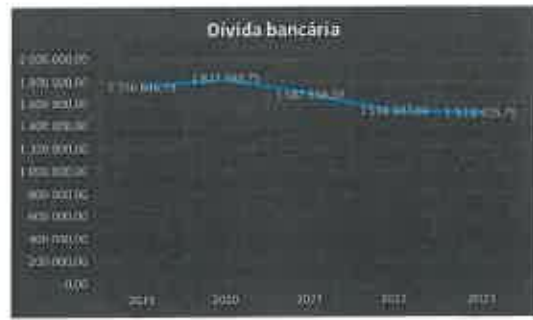
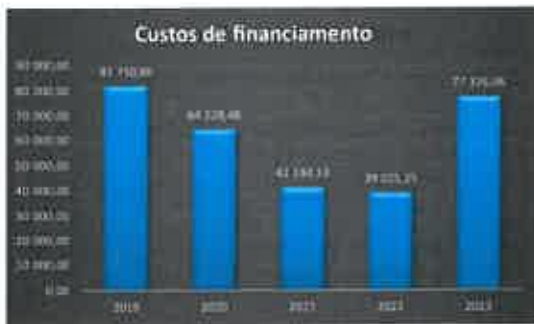
	2022	2023	Varição
Ativo líquido	2 717 807,74	2 612 339,84	-3,88%
Não corrente	2 445 215,91	2 273 358,08	-7,03%
Corrente	272 591,83	338 981,76	24,36%
Capitais Próprios	754 715,17	544 117,68	-27,90%
Capital social	50 000,00	50 000,00	0,00%
Passivo	1 963 092,57	2 068 222,16	5,36%
Não corrente	1 386 638,44	1 318 766,08	-4,89%
Corrente	576 454,13	749 456,08	30,01%

A nível do financiamento bancário, verificou-se a seguinte evolução:

Financiamento bancário	2022	2023	Varição
Não corrente (Longo Prazo)	1 386 638,44	1 318 740,81	-67 897,63
Corrente (Curto Prazo)	148 169,16	199 884,98	51 715,82
TOTAL	1 534 807,60	1 518 625,79	-16 181,81

O facto de a Nordeste Ativo ter as taxas de juros de todos os seus empréstimos bancários indexadas à Euribor, levou a que os gastos com juros subissem 98% em relação ao ano anterior, o que representou um custo adicional de 38.300€ em gastos de financiamento.

Financiamento	2019	2020	2021	2022	2023
Juros	81 750,86	64 229,48	41 144,13	39 025,25	77 326,06
Dívida bancária	1 756 646,24	1 827 498,75	1 682 938,33	1 534 807,60	1 518 625,79



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Borges
 RA

6.2 Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2023 atingiram o montante de 952.282€, com a seguinte estrutura:

Rendimentos (€)	2022	2023	Varição
Vendas	309 686,30	321 268,26	4%
Prestação de serviços	273 827,98	323 506,78	18%
Subsídios à exploração	225 115,73	203 068,66	-10%
Juros	3,92	2,61	-33%
Outros rendimentos	107 032,11	104 435,73	-2%
TOTAL	915 666,04	952 282,04	4%

De acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, as empresas locais devem apresentar resultados anuais positivos. No caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

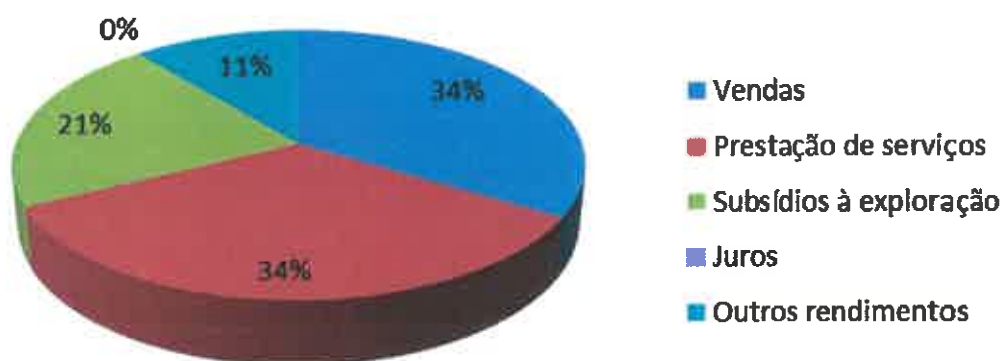
No ano de 2023, o resultado líquido antes de impostos foi no valor de -47.212,38 pelo que se torna necessário o reforço do subsídio a receber do Município para o equilíbrio das contas.

Caso não fosse necessária esta medida excecional, a evolução do subsídio à exploração seria a seguinte:

Rendimentos (€)	2022	2023	Varição
Cobertura do Prejuízo	78 317,69	47 212,38	-40%
Contrato Programa	146 798,04	156 870,00	7%
TOTAL	225 115,73	204 082,38	-9%

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Peso relativo de cada rendimento

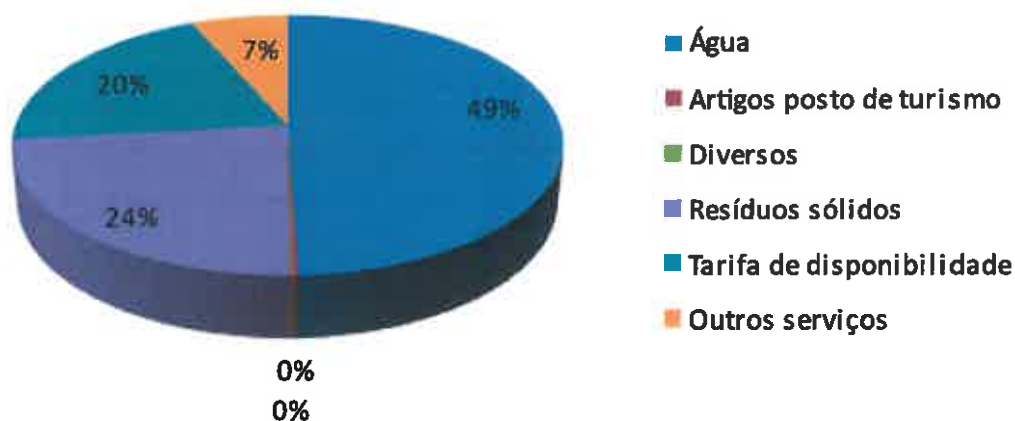


A evolução do rédito da empresa detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	2022	2023	Varição
VENDAS			
Água	308 622,25	318 865,22	3,32%
Artigos posto de turismo	1 064,05	1 834,29	72,39%
Diversos	0,00	532,75	0,00%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Resíduos sólidos	139 889,64	151 401,25	8,23%
Tarifa de disponibilidade	109 784,97	129 727,07	18,16%
Outros serviços	24 153,37	42 378,46	75,46%
TOTAL	583 514,28	644 739,04	10,49%

Peso relativo de cada rendimento

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 RA



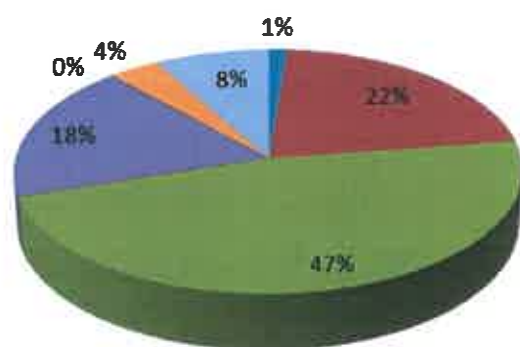
6.3 Gastos

A evolução dos gastos da empresa detalha-se da seguinte forma:

Gastos (€)	2022	2023	Varição
Custo das mercadorias	23 243,75	12 136,72	-47,79%
Fornecimentos e serviços externos	260 916,10	205 522,55	-21,23%
Gastos com pessoal	400 712,17	450 765,84	12,49%
Gastos de depreciação	183 022,42	174 325,15	-4,75%
Perdas por Imparidade	3 361,85	0,00	100,00%
Outros gastos e perdas	5 384,50	33 363,43	519,99%
Gastos e perdas de financiamento	39 025,25	77 326,06	98,14%
TOTAL	915 666,04	953 459,75	4,13%

Peso relativo dos gastos

[Handwritten signature]
Borges
[Handwritten initials]



- Custo das mercadorias
- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com pessoal
- Gastos de depreciação
- Perdas por Imparidade
- Outros gastos e perdas
- Gastos e perdas de financiamento

Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	2022	2023	Variação
Subcontratos	64 350,11	74 786,01	16,22%
Trabalhos especializados	30 362,54	31 626,50	4,16%
Publicidade e propaganda	228,38	271,56	18,95%
Vigilância e segurança	224,03	0,00	-100,00%
Honorários	7 733,40	7 733,40	0,00%
Conservação e reparação	89 067,36	26 026,59	-70,78%
Serviços bancários	3 731,33	3 984,71	6,79%
Taxas ERSARA	6 406,92	6 789,01	5,96%
Livros e Documentação Técnica	562,60	87,00	-84,54%
Ferramentas e Utensílios	428,00	0,00	-100,00%
Material de escritório	2 034,90	1 617,38	-20,52%
Artigos para oferta	0,00	0,00	0,00%
Outros materiais	0,04	0,00	-100,00%
Eletricidade	2 950,17	3 437,53	16,52%
Combustíveis	39 062,36	36 005,67	-7,83%
Deslocações e estadas	1 009,62	0,00	-100,00%
Rendas e alugueres	35,00	0,00	-100,00%
Comunicação	7 405,26	7 181,02	-3,03%
Seguros	3 551,90	3 540,82	-0,31%
Contencioso e notariado	358,00	80,00	-77,65%
Despesas de representação	0,00	61,50	100,00%
Limpeza, higiene e conforto	397,03	353,12	-11,06%
Serviços Cloud	843,15	868,98	3,06%
Outros serviços	174,00	1 071,13	515,59%
TOTAL	260 916,10	205 522,03	-21,23%

6.4 Indicadores Financeiros

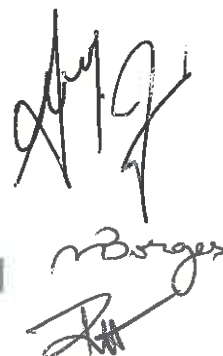
Rátios	2022	2023	Varição
Dívida líquida financeira	64,76%	70,79%	9,32%
Rendibilidade operacional	38,05%	39,03%	2,56%
Autonomia financeira	27,77%	20,82%	-25,02%
Solvabilidade	38,45%	26,30%	-31,60%

Dívida líquida financeira = Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

Rendibilidade operacional = EBITDA / Vendas e prestação de serviços

Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo



6.5 Evolução Previsível

As vendas e prestação de serviços tiveram um aumento significativo no valor de 61.260€, cerca de 10% em relação ao ano de 2022, devido ao aumento do consumo e atualização dos preços. No entanto, não foram suficientes para acompanhar os grandes aumentos nos gastos de financiamento (+ 38.300€), gastos com pessoal (+ 50.054€) e gastos extraordinários (+ 30.387€), resultando um défice de -47.212€ a ser coberto pelo acionista.

A Nordeste Ativo procedeu em fevereiro de 2024 à reestruturação de financiamentos de longo prazo no valor de 1.050.000€, para um prazo de 20 anos e taxas de juros mais baixas, permitindo reduzir substancialmente o serviço da dívida e os custos de financiamento.

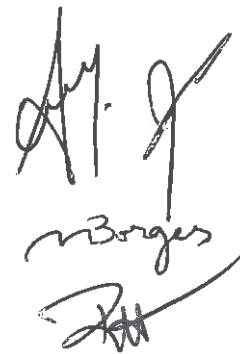
A abertura do programa de fundos europeus PO Açores 2030, irá proporcionar oportunidades de financiamento de investimentos a realizar.

A nível de receitas, a atualização dos tarifários e valor do contrato programa para 2024, irão trazer um aumento das receitas, que esperamos que venha a trazer a empresa novamente para resultados positivos no ano de 2024.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício de 2023, no valor de - 5.287,24€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....-5.287,24€



8. NOTA FINAL

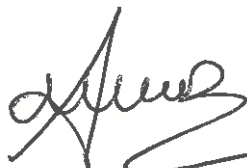
O Conselho de Administração agradece:

- ✓ à **Câmara Municipal de Nordeste** pela confiança e apoio demonstrados;
- ✓ aos membros da **Assembleia Geral** pela colaboração dispensada;
- ✓ ao **Revisor Oficial de Contas** e **Técnico Oficial de Contas** pela rigor e transparência das nossas contas;
- ✓ à **ERSARA** pelo incentivo à prestação de um serviço de qualidade;
- ✓ aos **Clientes** pela utilização dos nossos serviços;
- ✓ a todos os **Colaboradores** da empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados;
- ✓ a todos os **Fornecedores** pelo interesse e pela qualidade dos serviços;
- ✓ de forma geral, a todas as **Entidades** que colaboraram connosco no ano de 2023.

Nordeste, 4 de Abril de 2024.

O Conselho de Administração

António Miguel Borges
Soares



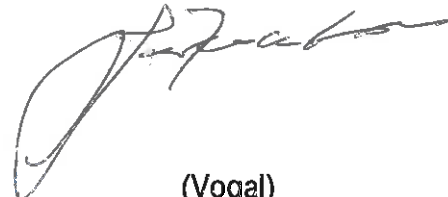
(Presidente do Conselho de
Administração)

Natália de Conceição Rego
Borges



(Vogal)

João de Deus Andrade
Sousa



(Vogal)

MJ
Borges
PA

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2023

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	3/13/20	644.775,04	583.514,28
Subsídios à exploração	3/5/15	204.082,38	225.115,73
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	12.136,72	23.243,75
Fornecimentos e serviços externos	19/20	205.522,55	260.916,10
Gastos com o pessoal	3/5/18/20	450.765,84	400.712,17
Imparidade / Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)	3		3.361,85
Aumentos / reduções de justo valor	10	163,99	8,04
Outros rendimentos	19	104.438,34	107.036,03
Outros gastos	19	33.383,43	5.376,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		251.651,21	222.047,67
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/6	174.325,15	183.022,42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		77.326,06	39.025,25
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	3/10/11/19	77.326,06	39.025,25
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	3/17	5.287,24	1.114,79
Resultado líquido do período		5.287,24	1.114,79

Balança em 31 de dezembro de 2023

(em euros)

Rubrica	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6/10	2.269.910,18	2.441.907,33
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	3/7	-	-
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-
Outros investimentos financeiros	3/10	3.447,90	3.307,28
Créditos a receber		-	-
Ativos por impostos diferidos	3/17	-	1,30
Total ativo não corrente		2.273.358,08	2.445.215,91
Ativo corrente			
Inventários	3/9	31.735,23	28.579,17
Ativos biológicos		-	-
Clientes	3/10	56.682,40	48.502,62
Estado e outros entes públicos	3/19	933,00	5.731,56
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outras créditos a receber	3/10/19	125.361,86	138.173,78
Diferimentos	3/19	1.676,42	3.040,83
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	123.606,57	48.563,87
Total ativo corrente		339.995,48	272.591,83
Total ativo		2.613.353,56	2.717.807,74
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	5/10/19	50.000,00	50.000,00
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	19	525.816,15	406.880,11
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15/19	1.022.444,73	1.109.933,73
Resultado líquido do período	19	5.287,24	1.114,79
Dividendos antecipados		-	-
Total capital próprio		544.117,68	754.715,17
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	3/10/11	1.318.740,81	1.386.638,44
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	3/17	25,27	-
Outras dívidas a pagar		-	-
Total passivo não corrente		1.318.766,08	1.386.638,44
Passivo corrente			
Fornecedores	3/10	46.943,63	68.989,51
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	3/19	15.214,43	10.957,10
Financiamentos obtidos	3	199.884,98	148.169,16
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	488.426,76	348.205,89
Diferimentos	3/19	-	132,47
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Total passivo corrente		750.469,80	576.454,13
Total passivo		2.069.235,88	1.963.092,57
Total capital próprio e passivo		2.613.353,56	2.717.807,74

Borges

AA

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023

(em euros)

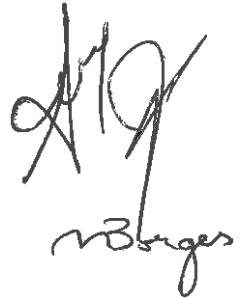
Rubrica	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		796.888,13	804.302,31
Pagamentos a fornecedores		- 260.536,01	- 276.166,99
Pagamentos ao pessoal		- 434.068,53	- 376.070,78
Caixa gerada pelas operações		102.283,59	152.064,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- 839,95	- 825,74
Outros recebimentos/pagamentos		52.804,67	346,17
Fluxos de caixa das atividades operacionais		154.248,31	151.584,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.096,01	25.724,76
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		411,20	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		684,81	25.724,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		120.061,73	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		129.594,03	150.079,95
Juros e gastos		68.988,50	35.245,69
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		- 78.520,80	- 185.325,64
Variação de caixa e seus equivalentes		75.042,70	59.465,43
Caixa e seus equivalentes no início do período		48.563,87	108.029,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		123.606,57	48.563,87

DESCRIÇÃO	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital de propriedade											Total de Capital Próprio				
		Capital subscrito	Reservas legais	Outros aumentos de capital próprio	Prejuízo de avaliação	Outras reservas	Reservas transmitidas	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Reservas líquidas do período	Total	Reservas que não controlam					
1		30.000,00	2.776,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	589,02	831.175,27	-	831.175,27	
Alterações no Período																	
Primeira adoção de novo referencial contábilístico																	
Alterações de políticas contábilísticas																	
Diferença do conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de reavaliação																	
Excedentes de reavaliação																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
2																	
3																	
4-9-13																	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																	
RESULTADO INTEGRAL																	
Operações com detentores de capital no período																	
Realizações de capital																	
Realizações de prêmios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
Prejuízo no fim do período 2022	6-14-24-25	50.000,00	2.776,34	-	-	-	-	-	-	466.800,11	-	-	-	1.114,79	754.715,17	-	754.715,17


DESCRIÇÃO	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital de propriedade											Total de Capital Próprio				
		Capital subscrito	Reservas legais	Outros aumentos de capital próprio	Prejuízo de avaliação	Outras reservas	Reservas transmitidas	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Reservas líquidas do período	Total	Reservas que não controlam					
6		50.000,00	2.776,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.114,79	754.715,17	-	754.715,17
Alterações no Período																	
Primeira adoção de novo referencial contábilístico																	
Alterações de políticas contábilísticas																	
Diferença do conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de reavaliação																	
Excedentes de reavaliação																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
7																	
8																	
9-14																	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																	
RESULTADO INTEGRAL																	
Operações com detentores de capital no período																	
Realizações de capital																	
Realizações de prêmios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
Prejuízo no fim do período 2023	6-14-19-10	50.000,00	2.776,34	-	-	-	-	-	-	525.816,15	-	-	-	5.307,24	544.117,68	-	544.117,68

Marina Cabral
 NIA
 TCC

Borges



Marina Cabral



R. Borges

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

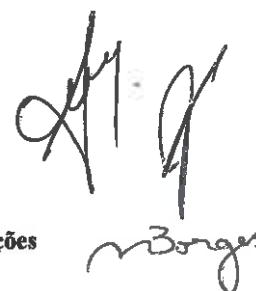
1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ATIVO E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.



1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;

Martin Capital
S.A.



borges



As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

10

Alf
Borges

RA

Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

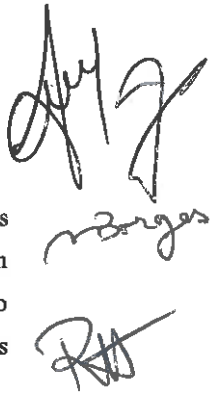
Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos Intangíveis

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.



Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

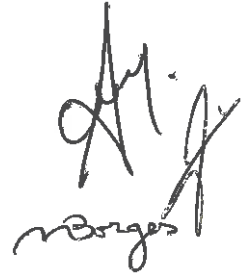
Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Imparidade de ativos

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.



Inventários

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na demonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

Mig
Borges
RA

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

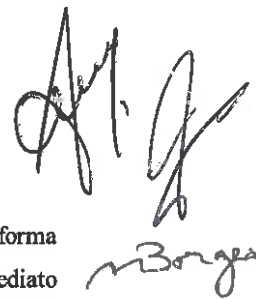
Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.



No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

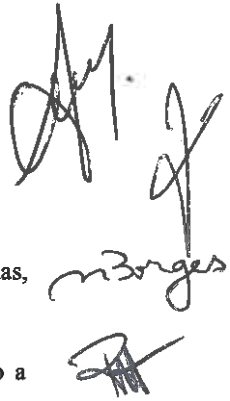
Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

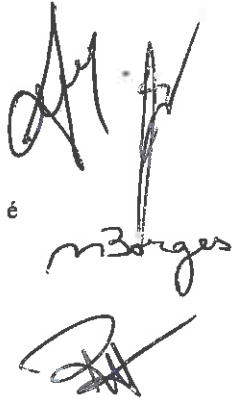
- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí



poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse (goodwill)*, do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

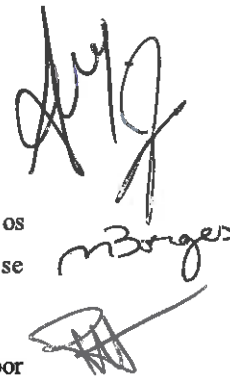
No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.



Handwritten signature and initials, including the name 'mBorges'.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	190,00	654.364,67	654.387,18	167,49
Depósitos à Ordem	48.373,87	1.162.364,55	1.087.299,34	123.439,08
Outros Depósitos Bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	48.563,87	1.816.729,22	1.741.686,52	123.606,57
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

5. Partes relacionadas

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

(a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:

- Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
- Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
- Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.



(b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou

(c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.




Borges


As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

Entidades que participam no capital da empresa declarante

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A. - Em liquidação
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24.500,00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

5.2. Transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

[Handwritten signatures]
Borge
Rit

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2023	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	23.017,08	
	Subsídios à Exploração Obtidos	156.870,00	
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	
	Contas a Receber Correntes	2.697,55	282.013,31
2022	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	61.080,96	
	Subsídios à Exploração Obtidos	146.798,04	
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	
	Contas a Receber Correntes		282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

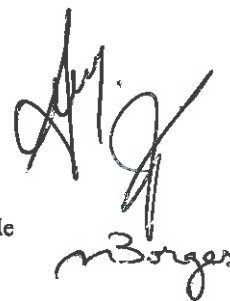
a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no



m. Isabel

montante de 174.325,15€ (183.022,42€ em 2022) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	n/a
Edifícios e Outras Construções	Entre 4 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 50 anos
Equipamento de Transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 3 e 10 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	184.054,50	2.494.615,73	635.200,00	386.876,22	24.349,88	30.263,11	158.641,67	3.914.801,11
2	Depreciações acumuladas iniciais	-	607.633,54	443.248,36	372.141,57	20.815,89	28.234,42	-	1.472.693,78
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Quantia líquida escriturada inicial (= 1-2-3)	184.054,50	1.886.982,19	191.951,64	14.734,65	3.533,99	2.028,69	158.641,67	2.441.907,33
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	121.583,62	42.836,22	6.608,40	882,97	893,94	-	171.997,15
5,1	Total das adições	-	2.328,00	-	-	-	-	-	2.328,00
Aquisições	Aquisições em 1.º mão	-	2.328,00	-	-	-	-	-	2.328,00
	Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
	Retirativa de custos de desmantelamento e remoção	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Acréscimos por revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-
Diminuições	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das diminuições	-	123.911,62	42.036,22	6.608,40	882,97	893,94	-	174.325,15
	Depreciações	-	123.911,62	42.036,22	6.608,40	882,97	893,94	-	174.325,15
	Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
5,2	Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
5,3	Transferências de AFT em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
5,4	Transferências de/para ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
5,5	Outras transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
5,6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	184.054,50	1.765.378,57	149.915,42	8.134,25	2.651,02	1.134,75	158.641,67	2.369.916,18
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	-	-	-	-	-	-	-	-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 158.641,67€ (158.641,67€ em 2022) em investimentos em curso discriminado como se apresenta:

- | | | |
|-------|---|-------------|
| i) | Construção da Adutora da Tronqueira | 67.737,50€ |
| ii) | Construção de Reservatório na Vila do Nordeste | 6.405,62€ |
| iii) | Execução de Estações de Tratamento de Água | 30.780,00€ |
| iv) | Redes de drenagem da lomba de Santana | 8.300,00€ |
| v) | Saneamento águas residuais de Santo António | 12.500,00€ |
| vi) | Saneamento básico/conduitas Rua Arraiado da Lomba da Fazenda | 3.100,00€; |
| vii) | Saneamento básico/ Pavimentos da Salga | 14.500,00€; |
| viii) | Saneamento águas residuais domésticas e construção da estação da Vila de Nordeste | 6.600,00€ |
| ix) | Aqueduto na Freguesia da Salga | 8.718,55€; |

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

Marcos
Nunes
Teixeira

[Handwritten signature]
Borge
[Handwritten signature]

7. Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos
Projetos de desenvolvimento	3 anos

d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

[Handwritten signatures and initials]
 mBorges
 RA

Descrição	Programas de Computador	Projetos de Desenvolvimento	Total
Com vida útil indefinida:			
1	Quantia bruta escriturada inicial		
2	Perdas por imparidade acumuladas		
3	Quantia líquida escriturada final		
Com vida útil finita:			
4	Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00	178.210,00
5	Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00	178.210,00
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		
7	Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)		
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)		
8,1	Total das adições		
8,2	Total das diminuições		
Diminuições	Amortizações		
	Perdas por imparidade		
	Alienações		
	Abates		
	Outras		
8,3	Reversões de perdas por imparidade		
8,4	Transferências de intangíveis em curso		
8,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda		
8,6	Outras transferências		
9	Quantia líquida escriturada final (9=7+8)		
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida		

8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedernor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, conseqüentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

a) **Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial**

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

9. Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários". Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Descrição	2023			2022		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários Iniciais		28.579,17	28.579,17	136,71	39.342,06	39.478,77
Compras	10.243,52	5.049,26	15.292,78	671,60	11.672,55	12.344,15
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	5.465,16	26.270,07	31.735,23		28.579,17	28.579,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.778,36	7.358,36	12.136,72	808,31	22.435,44	23.243,75
Quantias (líquidas) escrituradas de inventários	5.465,16	26.270,07	31.735,23		28.579,17	28.579,17

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Clientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nos exercícios de 2023 não foi registado perdas e reversões de imparidade, como se pode verificar no quadro abaixo:

Descrição	2023			2022		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	-	-	-	3.361,85	-	3.361,85
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	3.361,85	-	3.361,85

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 56.682,40€ (48.502,62€ em 2022) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

[Handwritten signatures and initials]

Descrição	Valor
Em mora:	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	300.327,85
Perdas por imparidade acumuladas	- 300.327,85
TOTAL	-

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	167,49	190,00
Depósitos Bancários	123.439,08	48.373,87
Outros Depósitos Bancários		
Total	123.606,57	48.563,87

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 46.943,63€ (68.989,51€ em 2022).

d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2023				2022		
	Mensurados ao Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Mensurados ao Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
Ativos Financeiros:	3.447,90	182.044,26	-	300.327,85	3.307,28	138.173,78	300.327,85
Clientes		56.682,40		300.327,85			300.327,85
Outros créditos a receber		125.361,86				138.173,78	
Outros investimentos financeiros	3.447,90				3.307,28		
Passivos Financeiros:	-	2.053.996,18	-	-	-	1.952.003,00	-
Fornecedores		46.943,63				68.989,51	
Financiamentos obtidos		1.518.625,79				1.534.807,60	
Outras dívidas a pagar		488.426,76				348.205,89	

e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2023:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2023	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até 31/12/2023	2.996,09	1,15080	3.447,90
TOTAL	2.996,09		3.447,90

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2023		2022	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
Outro Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	-	163,99	-	8,04
Total		163,99		8,04

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

[Handwritten signature]
 mBorges
[Handwritten signature]

	2023	2021
Aumento de justo valor	163,99	-
Redução de justo valor		8,04
	163,99	8,04
Passivo por Impostos diferidos	25,27	-
Ativo por Impostos diferidos		1,30

f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
Empréstimos genéricos:				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	199.884,98	1.318.740,81	77.326,06	74.364,43
Mercado de valores mobiliários				
Participantes de capital:				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
Dos quais: Empresas participantes				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
TOTAL	1.518.625,79		77.326,06	74.364,43
Dos quais: não residentes				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

[Handwritten signature]
 Borges
[Handwritten signature]

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
Descobertos Bancários:				
Santander Totta	-	61,73		61,73
Empréstimos ao Investimento:				
Santander Totta	50.416,75		9.166,66	41.250,09
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.				
Santander Totta				
NB Açores n.º 2371	10.439,73		1.937,38	8.502,35
NBA Fin. n.º 001619000015387	595.107,94		80.407,37	514.700,57
Crédito Agrícola 56068407833 (3950812)	157.339,39		6.172,82	151.166,57
NBA n.º 0770003010	557.374,35		32.554,33	524.820,02
Crédito Agrícola 56070268323	164.129,44	120.000,00	6.004,98	278.124,46
Total	1.534.807,60	120.000,00	136.243,54	1.518.625,79

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2023 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL 151.686,43€;
- Novo Banco dos Açores, S.A. 15.000,00€.

A garantia apresentada no Novo Bancos dos Açores está associada ao prestador de serviço EUROSCUT.

10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2022).

10

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

11. Custos dos Empréstimos Obtidos

11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Descrição	2023	2022
Juros Suportados	74.364,43	36.834,47
Outros Gastos de Financiamento	2.961,63	2.190,78
Total	77.326,06	39.025,25

12. Locações

12.1. Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	11.040,13
Depreciações acumuladas	11.040,13
Perdas por imparidades e reversões	
Quantia líquida escriturada final	-

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

[Handwritten signatures and initials]

	Pagamentos futuros	Activos Intangíveis	Activos Fixos Tangíveis	Total
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:			
5	Até um ano			
5	De um a cinco anos			
5	Mais de cinco anos			
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:			
6	Até um ano			
6	De um a cinco anos			
6	Mais de cinco anos			
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período			
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço			
9	Valor dos pagamentos reconhecidos como gastos do período			

c) Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.

Em 31 de dezembro de 2023 não há relativas a locações financeiras.

13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2023 e 2022 detalha-se como se apresenta:

Rubricas	2023	2022
Vendas		
Água	318.901,22	308.622,25
Valorização Resíduos		
Artigos Posto Turismo	1.834,29	1.064,05
Diversos	532,75	
Serviços		
Resíduos Sólidos	151.364,35	139.852,16
Tarifa Disponibilidade	129.692,79	109.743,12
Deposição Resíduos		
Outros Serviços	42.449,64	24.232,70
TOTAL	644.775,04	583.514,28

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2015 os saldos da Gedernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem "balanceados" com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2023	2022
Subsídios ao Investimento	1.249.337,26	1.353.739,54
Ajustamentos em Subsídios	- 202.392,53	- 219.305,81
Total de "Outras variações no capital próprio"	1.046.944,73	1.134.433,73

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

[Handwritten signatures and initials]

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final	Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
1 Subsídios relacionados com ativos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	1.353.739,54	104.402,28	1.249.337,26		
1.1 Ativos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	1.353.739,54	104.402,28	1.249.337,26		
1.1.1 Terrenos e recursos naturais	25.500,00		25.500,00		
1.1.2 Edifícios e outras construções	1.202.214,68	78.512,28	1.123.702,40		
1.1.3 Equipamento básico	126.024,86	25.890,00	100.134,86		
1.1.4 Equipamento de transporte					
1.1.5 Equipamento administrativo					
1.1.6 Equipamentos biológicos					
1.1.7 Outros					
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		204.082,38			
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)					
3.1 Subsídios relacionados com ativos ao investimento					
3.2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração					
4 TOTAL (4=1+2+3)	1.353.739,54	308.484,66	1.249.337,26		

Foi registado no exercício de 2023 um subsídio à exploração no valor de 204.082,38€, concedido pelo Município de Nordeste.

16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão a 28 de março de 2024.

Nestes termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de fato que levaram à inclusão desta nota no Anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2023.


17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2020 a 2023 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de

imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

Descrição	Valor
Resultado contabilístico do período	-
Imposto corrente do período	5.260,68
Coleta	4.737,78
Tributações autónomas	39,45
Derrama	483,45
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	26,57
Imposto sobre o rendimento do período	5.287,24
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

Resultado contabilístico do período	
Diferenças permanentes:	32.229,78
Diferenças temporárias:	
Resultado fiscal (a)	32.229,78
Dedução de Prejuízos (b)	-
Matéria coletável (c)	32.229,78
Coleta (d)	4.737,78
Impostos Diferidos (e)	26,57
Tributação Autônoma (f)	39,45
Derrama (g)	483,45
Imposto registado na demonstração de resultados	5.287,25

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

(a)

Resultado contabilístico do período	
Diferenças permanentes:	32.229,78
Diferenças temporárias:	
Resultado Fiscal	32.229,78



De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável:

(b)


Prejuízos Fiscais dedutíveis	
Resultado Fiscal	32.229,78
65% do Resultado Fiscal	20.949,36
Prejuízos Fiscais deduzidos	
Matéria coletável	32.229,78

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)	
Resultado Fiscal	32.229,78
Prejuízos Fiscais deduzidos	-
Matéria Coletável	32.229,78

Borges



A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)	
Matéria Coletável * 0,21 * 0,70	32.229,78
Coleta apurada	4.737,78

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)	
Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício	163,99
Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício	-
Taxa nominal de imposto + Taxa de derrama	14,7% + 1,5%
	26,57

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)	
Despesas Representação	61,50
Taxa de tributação autónoma	7%
Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00	182,57
Taxa de tributação autónoma	19%
Despesas não documentadas	-
Taxa de tributação autónoma	35%
	39,45

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Borges
[Handwritten signature]

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)	
Resultado tributável do período	32.229,78
Taxa de derrama	1,50%
	483,45

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

18. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2023 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	24	40.320
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	24	40.320
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	24	40.320
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	24	40.320
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	18	30.240
Mulheres	6	10.080
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

[Handwritten signatures]
 mBorges
[Handwritten signature]

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2023 e 2022 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2023	2022
Gastos com pessoal	450.765,84	400.712,17
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	343.918,54	313.363,77
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	89.892,87	73.980,21
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	6.280,09	5.002,73
Gastos de acção social	9.675,30	7.412,82
Outros gastos com pessoal	999,04	952,64
Dos quais:		
Gastos com formação	147,50	
Gastos com fardamento	851,54	952,64

19. Outras Informações

19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido negativo no valor de 5.287,24€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

[Handwritten signatures]
 Borges
 [Signature]

	2023	2022
Outros créditos a receber	125.361,86	138.137,78
Fornecedores C/C	101,08	101,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	94.355,68	121.048,47
Devedores diversos	30.905,10	16.988,23
Outras dívidas a pagar	488.426,76	348.205,89
Fornecedores de investimentos	36.570,48	34.966,01
Credores diversos	219.286,04	236.199,04
Credores por acréscimos de gastos	232.570,24	77.040,84

No exercício em análise, foi iniciado e concluído um processo inspetivo ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relacionado com os centros de custo da recolha seletiva e do saneamento do exercício de 2020. Este processo resultou em correções de imposto deduzido indevidamente no valor total de 117.821,25€, além de uma estimativa de cerca de 30.379,30€ relacionados com as respetivas coimas e juros de mora. É importante destacar que tais montantes foram incluídos na rubrica 'Outras dívidas a pagar'.

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	- 4.327,67	92,91
Pagamento por Conta	933,00	1.209,00
Pagamento Especial por Conta		-
Estimativa de imposto	- 5.260,67	- 1.116,09
Retenção na fonte por terceiros		
Retenção na fonte a terceiros	- 500,22	- 990,22
Imposto sobre o valor acrescentado	- 2.608,50	4.522,56
Contribuições para a Segurança Social	- 6.845,04	- 8.779,65
Contribuições para o FCT	-	- 71,14
TOTAL ATIVO	933,00	5.731,56
TOTAL PASSIVO	- 15.214,43	- 10.957,10

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas do ativo e passivo correntes "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Gastos a reconhecer	1.676,42	3.040,83
Seguros antecipados	470,97	1.854,79
Outros	1.205,45	1.186,04
Rendimentos a reconhecer		132,47
Outros		132,47

d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

[Handwritten signatures and initials]

Rubrica	2023	2022
Subcontratos	74.786,01	64.350,11
	76.432,39	137.753,96
Trabalhos Especializados	31.626,50	30.362,54
Publicidade e Propaganda	271,66	228,38
Vigilância e Segurança		224,03
Honorários	7.733,41	7.733,40
Conservação e Reparação	26.026,59	89.067,36
Serviços Bancários	3.984,71	3.731,33
Taxas ERSARA	6.789,52	6.406,92
	1.704,38	3.025,54
Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido		428,00
Livros e Documentação Técnica	87,00	562,60
Material de Escritório	1.617,38	2.034,90
Outros Materiais		0,04
	39.443,20	42.012,53
Electricidade	3.437,53	2.950,17
Combustíveis	36.005,67	39.062,36
	-	1.009,62
Deslocações e Estadas		1.009,62
	13.156,57	12.764,34
Rendas e Alugueres		35,00
Comunicação	7.181,02	7.405,26
Seguros	3.540,82	3.551,90
Contencioso e Notariado	80,00	358,00
Despesas de Representação	61,50	-
Limpeza, Higiene e Conforto	353,12	397,03
Outros	1.940,11	1.017,15
TO TAL	205.522,55	260.916,10

e) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2023	2022
Rendimentos suplementares		1.407,60
Rendimentos em invest. financeiros	33,11	
Imputação de subsídios p/Investimento	104.402,28	105.583,51
Outros não especificados	0,34	41,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2,61	3,92
TOTAL	104.438,34	107.036,03

f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2023	2022
Impostos indiretos	959,66	1.056,05
Taxas	30,00	1.783,78
Correcções relativas a períodos anteriores	1.996,12	2.282,30
Encargos não devidamente documentados	10,00	
Multas e penalidades	30.387,14	241,01
Outros não especificados	0,51	13,32
TOTAL	33.383,43	5.376,46

No exercício em análise, foi iniciado e concluído um processo inspetivo ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relacionado com os centros de custo da recolha seletiva e do saneamento do exercício de 2020. Este processo resultou em correções de imposto deduzido indevidamente. Adicionalmente, estimou-se que cerca de 30.379,30€ estão relacionados com as respetivas coimas e juros de mora. Este montante foi registado na rubrica "Outros gastos", na subconta "Multas e Outras penalidades".

g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2022 e 2021, ascenderam a 77.326,06€ e 39.025,25€, respetivamente.

h) Capital Próprio

[Handwritten signatures and initials]
 mBorges

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 406.880,11	118.936,04		- 525.816,15
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.085.434,73	38.490,00	-	1.046.944,73
Subsídios	1.085.434,73	38.490,00		1.046.944,73
Resultado líquido do período	- 1.114,79	46.281,76	1.114,79	- 46.281,76
Total	705.716,17	203.707,80	1.114,79	503.123,16

20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho

20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 2022 por CAE conforme se apresenta:

	Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/ 93294	Total
1	Vendas	319.433,97	-	1.834,29	321.268,26
1,1	Mercadorias	319.433,97		1.834,29	321.268,26
2	Prestações de serviços	149.619,63	173.887,15		323.506,78
3	Compras	13.678,88	-	1.613,90	15.292,78
4	Fornecimentos e serviços externos	59.979,38	108.639,98	36.835,19	205.454,55
5	CMVMC	3.046,46	7.358,36	1.731,90	12.136,72
5,1	Mercadorias	3.046,46		1.731,90	4.778,36
5,2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		7.358,36		7.358,36
7	Número médio de pessoas no serviço	6,00	12,00	6,00	24,00
8	Gastos com o pessoal	151.231,40	164.920,57	134.613,87	450.765,84
8,1	Remunerações	115.739,50	121.466,37	106.712,67	343.918,54
8,2	Outros (inclui pensões)	35.491,90	43.454,20	27.901,20	106.847,30
9	Ativos fixos tangíveis:				-
9,1	Quantia escriturada líquida final	1.963.364,87	126.548,25	179.997,06	2.269.910,18
9,2	Total de aquisições	2.328,00	-		2.328,00
9,3	Das quais: em edifícios o outras construções	-		-	-
9,4	Adições no período de ativos em curso	-	-	-	-
10	Propriedades de investimento:				-
10	Quantia escriturada líquida final				-
10	Total de aquisições				-
10	Das quais: em edifícios o outras construções				-
10	Adições no período de propriedades de investimentos em curso				-

b) Informação por Mercados Geográficos

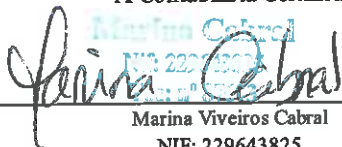
	Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1	Vendas	321.268,26		
2	Prestações de serviços	323.506,78		
3	Compras	15.292,78		
4	Fornecimentos e serviços externos	205.454,55	-	
5	Aquisições de ativos fixos tangíveis	2.328,00		
6	Aquisições de propriedades de investimento			
7	Aquisições de ativos intangíveis			
8	Rendimentos suplementares	-		
8,5	Outros	-		
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10	Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.693,36€.

A Contabilista Certificada


Marina Viveiros Cabral
NIF: 229643825
CC n.º 87693

O Conselho de Administração


Natália Borges



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.613.354 euros e um total de capital próprio de 544.118 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.287 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 01 de Abril de 2024



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.613.354 euros e um total de capital próprio de 544.118 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.287 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 01 de Abril de 2024



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)